

LUTA POR TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO (1950-2018)

Paulo Roberto Raposo Alentejano¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Jurandir Amaro Junior²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Lucas Gentil D. da Silva³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Enviado em 23 fev. 2021 | Aceito em 03 jul. 2021

Resumo: O artigo visa analisar a luta pela terra, assim como as principais políticas de reforma agrária adotadas no Rio de Janeiro no recorte temporal de 1950 a 2018, considerando as transformações espaciais que ocorrem na dinâmica rural do território fluminense. O trabalho é o resultado do levantamento realizado anualmente pelo *Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da Faculdade de Formação dos Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária - /FFP/UERJ* baseado principalmente no Caderno de Conflitos no Campo Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Deve se considerar também neste levantamento a contribuição de Medeiros (2018) acerca da violência de Estado e privada cometida contra os trabalhadores rurais do Rio de Janeiro entre os anos de 1946 e 1988, assim como o acompanhamento realizado por Alentejano (2007, 2013 e 2017) atrelado às necessidades dos movimentos sociais rurais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sendo assim, a publicação pretende investigar histórica e geograficamente a resistência dos trabalhadores no campo e as ações do Estado envolvidas neste processo.

Palavras-chave: luta pela terra, reforma agrária e Rio de Janeiro.

STRUGGLE FOR LAND AND AGRARIAN REFORM IN THE RIO DE JANEIRO (1950-2018)

Abstract: This paper aims to analyze the struggle for land as well as the main agrarian reform policies adopted at Rio de Janeiro between 1950 and 2018 assuming the spatial transformations that happens to the rural dynamics of Rio territory. The work is the result of the collection of data performed annually by the *Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária* from the Faculdade de Formação de Professores of Universidade do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária/FFP/UERJ. This collection is based mainly at Caderno de Conflitos no Campo Brasil from Comissão Pastoral da Terra (CPT). The contribution of Medeiros (2018) about the state and the private violence also must be considered, as well as the monitoring carried out by Alentejano (2007, 2013 e 2018) tied to the needs from social rural

1. Professor Associado da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (1989), Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (1998), doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) (2003). Orcid – <http://orcid.org/0000-0003-0630-8164>. E-mail: paulinhochinelo@gmail.com.

2. Professor de Geografia da rede particular de ensino de Niterói e do Rio de Janeiro. Graduação e licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (2010), Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia PPGeo-FFP/UERJ (2020). Orcid - <https://orcid.org/0000-0003-2182-4810>. E-mail: juragrafia@gmail.com.

3. Graduando em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). E-mail: lucasgentil14@yahoo.com. Orcid - <https://orcid.org/0000-0001-7393-4320>.

movements specially the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Therefore, the paper intends to investigate historically and geographically the rural workers resistance and the state actions involved in this process.

Keywords: struggle for land, agrarian reform, Rio de Janeiro.

LUCHA POR TIERRA Y REFORMA AGRARIA EN RIO DE JANEIRO (1950-2018)

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar la lucha por la tierra, así como las principales políticas de reforma agraria adoptadas en Río de Janeiro en el período de 1950 a 2018, considerando las transformaciones espaciales que ocurren en la dinámica rural del territorio carioca. El trabajo es el resultado de una recogida de datos que realiza anualmente el *Grupo de Estudios, Investigación y Extensión en Geografía Agraria de la Facultad de Formación de Docentes de la Universidad Estadual de Rio de Janeiro – GeoAgrária - / FFP / UERJ* con base principalmente en el Libro de Conflictos en la Comisión Pastoral de Tierras del Campo Brasil (CPT). La contribución de Medeiros (2018) sobre la violencia estatal y privada cometida contra los trabajadores rurales en Río de Janeiro entre 1946 y 1988 también debe ser considerada en este levantamiento de datos, así como el seguimiento realizado por Alentejano (2007, 2013 y 2017) vinculado a las necesidades de los movimientos sociales rurales, especialmente el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Así, la publicación pretende investigar histórica y geográficamente la resistencia de los trabajadores del campo y las acciones del Estado involucradas en este proceso.

Palabras clave: Lucha por la tierra, reforma agraria e Río de Janeiro



Introdução

Este texto tem como objetivo atualizar a interpretação sobre a luta pela terra e as políticas de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro, à luz das transformações no espaço agrário fluminense nas últimas décadas.

O levantamento sobre os conflitos fundiários no Rio realizado inicialmente com base em dados primários e secundários por Alentejano (2003) vem sendo atualizado anualmente pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da Faculdade de Formação dos Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária/FFP/UERJ, com base no Caderno Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Esta atualização inclui a elaboração de um conjunto de mapas que compõem o Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro, disponível em base digital (www.geoagrariaffpuerj.blogspot.com).

Registre-se também a inestimável contribuição para o tema da pesquisa coordenada por Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ) para a Comissão da Verdade sobre a violência contra os camponeses no estado do Rio de Janeiro entre 1946 e 1988 que resultou no livro *Ditadura, conflitos e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Já o acompanhamento sobre as políticas agrárias no estado tem sido realizado sistematicamente por Alentejano (2007, 2013, 2017) a partir de solicitações dos movimentos sociais rurais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), embora nem sempre tenha sido publicizado mais amplamente.

Do ponto de vista teórico-conceitual apoiamos-nos fundamentalmente nos aportes de Karl Marx (1989) sobre os processos de expropriação promovidos pelo capital em seu movimento de acumulação primitiva, assim como na atualização deste conceito proposta por David Harvey (2004), sob a denominação de acumulação por espoliação. Também nos remetemos às contribuições de Rosa Luxemburg (1970) acerca da recriação do campesinato no âmbito da própria dinâmica capitalista, seja através de processos migratórios, seja por meio da luta pela terra.

Portanto, este texto cumpre esse duplo papel de atualizar e publicizar a análise sobre os conflitos pela terra e as políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro.

A evolução dos conflitos fundiários e das políticas agrárias no estado do Rio de Janeiro

A dinâmica da luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1950 e 2010, é influenciada principalmente pelo avanço do processo de urbanização e pela decadência da agricultura no estado. Medeiros (2018) destaca a ampliação das áreas urbanizadas em torno da metrópole e das cidades médias do interior, o incentivo ao turismo nas regiões litorâneas, o abandono de antigos cultivos e os loteamentos promovidos através da grilagem de terras como principais fatores geradores dos conflitos. Podemos acrescentar a estes fatores os impactos das obras de infraestrutura e dos grandes projetos de desenvolvimento implantados ou anunciados (GTAgrária – AGB, 2014).

Considerando o período histórico em análise, a década de 1950 é marcada pela intensificação dos conflitos na Baixada Fluminense⁴, em decorrência das obras de drenagem e da instalação de projetos de colonização durante o governo de Getúlio Vargas a partir dos anos 1930, visando construir um cinturão agrícola no entorno da então capital da República de forma que pudesse abastecer a cidade do Rio e seu entorno. Estes Núcleos Coloniais e Projetos Integrados de Colonização – PICs (Tabela 1) se espalharam por vários municípios que circundam a metrópole, entre os quais se destacam: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Itaguaí, Magé e Cachoeiras de Macacu. Já as obras de drenagem que retilinizaram o baixo curso dos rios que desembocavam na Baía da Guanabara atendiam aos interesses de ocupação das terras, utilizando o argumento de resolução dos problemas sanitários e combate às doenças transmitidas por mosquitos, águas sem tratamento, falta de saneamento.

Tabela 1 – Projetos de Colonização Implantados no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 a 1950

Nº	Nome	Município	Região	Famílias	Área	Ano de Criação
1	Núcleo Colonial Santa Cruz	Itaguaí e Rio de Janeiro	Metropolitana	1135	10.921	Década de 30
2	Núcleo Colonial São Bento	Nova Iguaçu e D. Caxias	Metropolitana	465	4.325	Década de 30
3	Núcleo Colonial D. Caxias	D. Caxias e Magé	Metropolitana	47	540	Década de 30
4	Núcleo Colonial Tinguá	Nova Iguaçu e D. de Caxias	Metropolitana	190	2.579	Década de 30
5	PIC Macaé	Macaé	Norte	432	8.666	1951
6	PIC Papucaia	Cachoeiras de Macacu	Metropolitana	844	14.468	1951
7	PIC Santa Alice	Itaguaí	Metropolitana	528	7.572	1955
Total	7	7		3641	49.071	

⁴ A Baixada Fluminense corresponde aos municípios situados no recôncavo da Guanabara e que se desenvolveram em função do crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Nos anos 1950 eram basicamente quatro municípios: Itaguaí, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Posteriormente houve vários desmembramentos dando origem a novos municípios. Vale registrar que a denominação Baixada Fluminense não corresponde ao que se denomina hoje Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e que balizou a elaboração dos mapas apresentados neste artigo, sendo esta muito mais ampla, incluindo o Leste Metropolitano e municípios da antiga Região Serrana. Ao longo desse artigo utilizaremos as duas denominações – Baixada Fluminense e Região Metropolitana do Rio de Janeiro – com sentidos diferentes.

Fonte: ITERJ, 2001

A combinação contraditória da criação de áreas agrícolas e valorização das terras no entorno da metrópole geraram as condições para a eclosão de uma série de conflitos na Baixada Fluminense, uma vez que foram atraídos muitos lavradores para a região em busca das terras que estavam sendo “dadas” pelo governo, ao mesmo tempo em que o capital fundiário via nas terras recuperadas pela drenagem uma fonte de realização da renda da terra. Assim, ao passo que muitos lavradores se instalaram nas terras próximas aos núcleos coloniais na condição de posseiros para produzir alimentos para a crescente população metropolitana (Tabela 2), proprietários e grileiros disputavam o controle dessas áreas, para uso agrícola, mas principalmente para a destinação dessas terras para a expansão urbana da metrópole, através de loteamentos.

Tabela 2 - População Residente e Taxa de Crescimento, segundo as Regiões de Governo*
Estado do Rio de Janeiro – 1940/1970

Regiões de Governo	População residente e Taxa de Crescimento		
	1940	1970	Crescimento 1940/1970 (%)
Estado	3 611 998	8 994 802	149
Região Metropolitana	2 231 527	6 891 521	209
Região Noroeste Fluminense	305 066	245 561	-20
Região Norte Fluminense	344 053	471 038	37
Região Serrana	285 646	467 159	64
Região das Baixadas Litorâneas	136 387	238 725	75
Região do Médio Paraíba	159 496	446 835	180
Região Centro-Sul Fluminense	121 567	177 753	46
Região da Baía da Ilha Grande	28 256	56 210	99

Fonte: CIDE e IBGE, Censos Demográficos.

*As Regiões de Governo não correspondem à atual regionalização do IBGE, composta atualmente por seis regiões: Metropolitana do Rio de Janeiro, Sul Fluminense, Baixadas, Centro-Fluminense, Norte Fluminense e Noroeste Fluminense. As principais diferenças estão na ampliação da Região Metropolitana que englobou vários municípios, em especial das regiões Serrana e das Baixadas Litorâneas, a fusão das regiões Médio Paraíba e da Baía da Ilha Grande na região Sul Fluminense, embora perdendo municípios para a RMRJ e a extinção da região Serrana.

Neste período, o município de Nova Iguaçu já deixara de ser um dos maiores pólos produtores de laranja do Brasil e a Baixada passou a ser palco da instalação de unidades industriais como a Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc).

Como uma reação à dinâmica de valorização e especulação fundiária, que intensificou a expulsão dos trabalhadores rurais, os partidos de esquerda se articulam na luta pela terra e nas manifestações em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos pequenos produtores, dos desempregados e subempregados da metrópole que se inserem neste contexto de organização das lutas.

Ou seja, ao mesmo tempo em que avança o processo de expropriação dos trabalhadores rurais no contexto da acumulação primitiva (MARX, 1989), também observamos processos de recriação do campesinato por meio de processos migratórios e de luta (Luxemburg, 1970).

A liderança deste movimento foi assumida por três personagens de maior ativismo político: José Pureza, Manuel Ferreira e Bráulio Rodrigues. Assim, em 1948 foi fundada a Sociedade dos

Lavradores e Possesores de Pedra Lisa, primeira organização de lavradores do estado do Rio de Janeiro (CORRÊA & MACEDO, 2007: 390).

Entre as décadas de 1950 e 1960 são criadas várias outras associações de lavradores com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e em 1959, na I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em Niterói, foi criada a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (CORRÊA & MACEDO, 2007: 373).

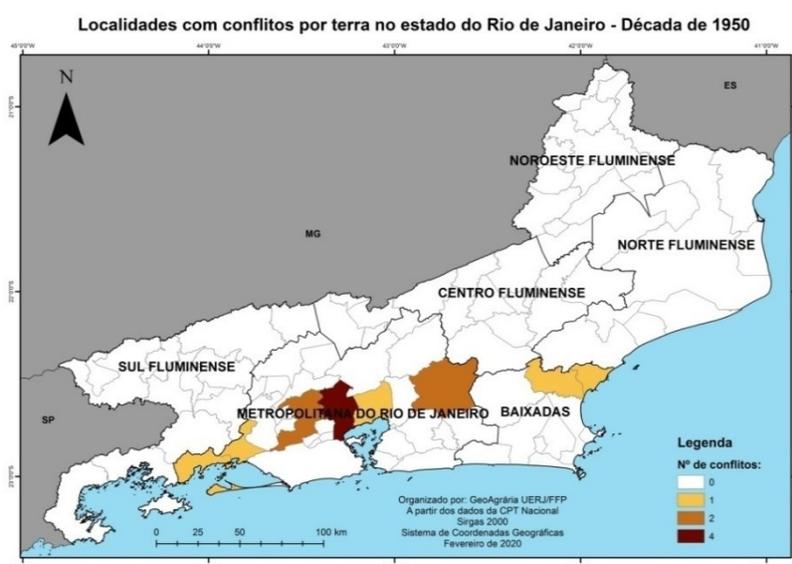
As associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas, tirando-as de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. É o momento em que começou a se produzir o reconhecimento político do campesinato e suas demandas e enfrentamentos passaram a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos. (MEDEIROS, 2018: 60)

Também fazia parte dessa estratégia de politização das lutas camponesas a realização de manifestações nas cidades, como ocorreu em 1955, quando lavradores oriundos dos conflitos de Xerém, no município de Duque de Caxias, acampam no Campo de São Bento em Niterói, em frente ao palácio do governo estadual e a partir dessa pressão conseguem a cessão de terras em Córrego Feio, Casimiro de Abreu (Medeiros, 2018: 60).

Tal processo se desenrola em um cenário de avanço das lutas camponesas em todo o país, desde que foi criada em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e outras organizações, como as Ligas Camponesas, no Nordeste.

Como podemos observar no Mapa 1, a maior ocorrência de conflitos pela terra no Rio na década de 1950 se concentra na Baixada Fluminense, principalmente nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Cachoeiras de Macacu. Neste período só foram registrados conflitos em duas regiões do estado, a Metropolitana e a das Baixadas.

Figura 1 – Mapa das Localidades com conflito por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1950



Em 1956, em Pedra Lisa, Nova Iguaçu, ocorre a primeira intervenção estatal em conflitos no Rio, com a desapropriação da área pelo governo estadual, na gestão de Miguel Couto (Medeiros, 2018: 60). Na sequência, com o crescimento dos conflitos o governo estadual adota as primeiras

ações de reforma agrária já na gestão de Roberto Silveira (1958-1961), com a implantação do Plano de Colonização de Terras Devolutas, utilizado como estratégia para reduzir as tensões sociais que ocorriam na Baixada Fluminense (Alentejano, 2002). Era também parte das disputas políticas que se travavam na época pelo controle das mobilizações dos trabalhadores rurais, em que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia Roberto Silveira, buscava ampliar suas bases no campo, na tentativa de reduzir a influência do PCB (Medeiros, 2018).

Estas ações desdobram-se no governo subsequente, de Badger Silveira (1962-1964), na criação do Plano de Ação Agrária. Assim, nos anos 1950/60, o governo estadual realizou 18 desapropriações de terra no estado do Rio de Janeiro, sendo 12 na região Metropolitana. Já o governo federal, através da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), no período 1963/64, realizou 10 desapropriações no estado, sendo 9 na RMRJ, algumas incidindo sobre áreas já atingidas pelo Plano de Ação Agrária, mas que continuavam sendo palco de intensos conflitos, como Capivari, Penha-Caixaõ e Piranema em Caxias e Santa Alice em Itaguaí.

Tabela 3 – Áreas desapropriadas nos anos 1950/1960 no estado do Rio de Janeiro

Nº	Área Desapropriada	Município	Região	Órgão Responsável
1	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	Metropolitana	Governo Estadual
2	Rio das Ostras	Casemiro de Abreu	Baixadas	Governo Estadual
3	São Lourenço	Duque de Caxias	Metropolitana	Governo Estadual
4	Vargem Grande	Itaboraí/Cachoeiras de Macacu	Metropolitana	Governo Estadual
5	Rio do Ouro	Magé	Metropolitana	Governo Estadual
6	Cachoeiras	Magé	Metropolitana	Governo Estadual
7	Engenho do Mato	Niterói	Metropolitana	Governo Estadual
8	São Pedro	Nova Iguaçu	Metropolitana	Governo Estadual
9	Tenente Pacheco	Nova Iguaçu	Metropolitana	Governo Estadual
10	Paratimirim	Parati	Sul Fluminense	Governo Estadual
11	Independência	Parati	Sul Fluminense	Governo Estadual
12	Largo	São João da Barra	Norte Fluminense	Governo Estadual
13	Ponta do Largo	São João da Barra	Norte Fluminense	Governo Estadual
14	Atalho	São João da Barra	Norte Fluminense	Governo Estadual
15	Capivari	Duque de Caxias	Metropolitana	Governo Estadual / Governo Federal
16	Penha-Caixaõ	Duque de Caxias	Metropolitana	Governo Estadual / Governo Federal
17	Piranema	Duque de Caxias	Metropolitana	Governo Estadual / Metropolitana Governo Federal
18	Santa Alice	Itaguaí	Metropolitana	Governo Estadual / Governo Federal
19	Agro-Brasil	Cachoeiras de Macacu	Metropolitana	Governo Federal
20	Imbé	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	Governo Federal
21	Mato Grosso	Duque de Caxias	Metropolitana	Governo Federal
22	Cachoeirinha	Magé	Metropolitana	Governo Federal
23	Tocaia	Magé	Metropolitana	Governo Federal
24	Floresta	Paracambi	Metropolitana	Governo Federal
Total	24	12		

Fonte: GRYSZPAN, 1987 (organizado pelos autores).

As ações realizadas na RMRJ correspondem a mais da metade das intervenções fundiárias realizadas pela Supra em todo o país no início dos anos 1960, o que dá a medida da intensidade dos conflitos, mas também da repercussão política dos mesmos, afinal mesmo que a capital já tivesse sido transferida para Brasília em 1960, o Rio continuava tendo grande importância política.

O acirramento dos conflitos pela terra no estado correspondia ao contexto de radicalização da luta pela reforma agrária no país, com a crescente mobilização camponesa. No 1º Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil, realizado em Belo Horizonte, do qual participaram

300 delegados do estado do Rio de Janeiro, foi definido como lema da luta camponesa no Brasil “Reforma Agrária na lei ou na marra”, posição impulsionada pelas Ligas Camponesas e que ganhou adesão das massas camponesas, ainda que com resistência da cúpula do PCB (Medeiros: 2018).

No estado do Rio, o ano de 1961 registra o primeiro conflito armado entre posseiros e grileiros, na Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias (CORRÊA & MACEDO, 2007: 377) e multiplicam-se as ocupações de terra, com destaque no Rio de Janeiro para as realizadas na fazenda São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu) em 1961 e 1963 e no Imbé (Campos dos Goytacazes) em 1963, bem como o levante de Capivari (Duque de Caxias) no terreno da antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), realizado também no ano de 1963. Logo, entende-se que a década de 1960 foi marcada por um processo de escalada da luta pela terra no campo fluminense, sobretudo na Baixada Fluminense, em que surgem importantes lideranças, bandeiras e novas palavras de ordem, agregando lutas de lavradores, posseiros, enfim, segundo a denominação cada vez mais corrente, camponeses.

O Golpe de 1964 interrompeu essa escalada da luta pela terra. A crescente mobilização popular em torno das reformas de base, em especial da reforma agrária, foi a senha para a reação das elites urbanas e agrárias que articularam com os altos oficiais das forças armadas o golpe, sob a desculpa, num ambiente geopolítico marcado pela Guerra Fria, de combater a ameaça comunista. Assim, logo após o Golpe empresarial-militar foi desencadeada intensa repressão aos movimentos, com ações de perseguição, violência e criminalização das lideranças, em especial sobre as vinculadas à luta pela terra e identificadas como comunistas.

O exército iniciou a busca por comunistas já nos primeiros dias: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; as casas dos trabalhadores foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; e famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Relatos que colhemos sobre lugares diferentes (baixada fluminense, região serrana, Imbé), com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos e netos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o extraordinário padrão de violência que se deflagrou. (MEDEIROS, 2018: 69)

Na dinâmica de repressão, seguiram-se atos de prisões, ameaças e conseqüentemente, fugas de lideranças rurais. Entre os efeitos destas perseguições, destacam-se os casos de José Pureza que foi preso e torturado no Nordeste e Bráulio Rodrigues que precisou se esconder na Baixada Fluminense, até que sua vida não estivesse mais ameaçada pela presença dos militares.

Neste mesmo período, existe uma forte intervenção do Estado sobre a recém criada Fetag/RJ (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro) e um intenso controle do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) sobre as atividades dos sindicatos rurais, que haviam sido legalizados com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, ainda antes do Golpe.

Ao mesmo tempo, boa parte das intervenções fundiárias realizadas nos anos 1950 e 1960 foram revogadas e as terras devolvidas aos antigos proprietários e grileiros que reivindicaram a reintegração de posse, sustentando-se no argumento da vocação urbana do Rio de Janeiro. As ações governamentais passaram a se dar sob a égide do Estatuto da Terra (1964) que tinha como objetivos principais a resolução dos conflitos fundiários com a exclusiva ação do Estado, sem a participação da sociedade e dos movimentos contestatórios, e a modernização da agricultura.

As pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os explicitavam e os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, a implementação de desapropriações previstas no Estatuto da Terra não só não ocorresse, como houvesse a devolução aos antigos donos daquelas que haviam sido desapropriadas no governo Goulart. (MEDEIROS: 2018: 74)

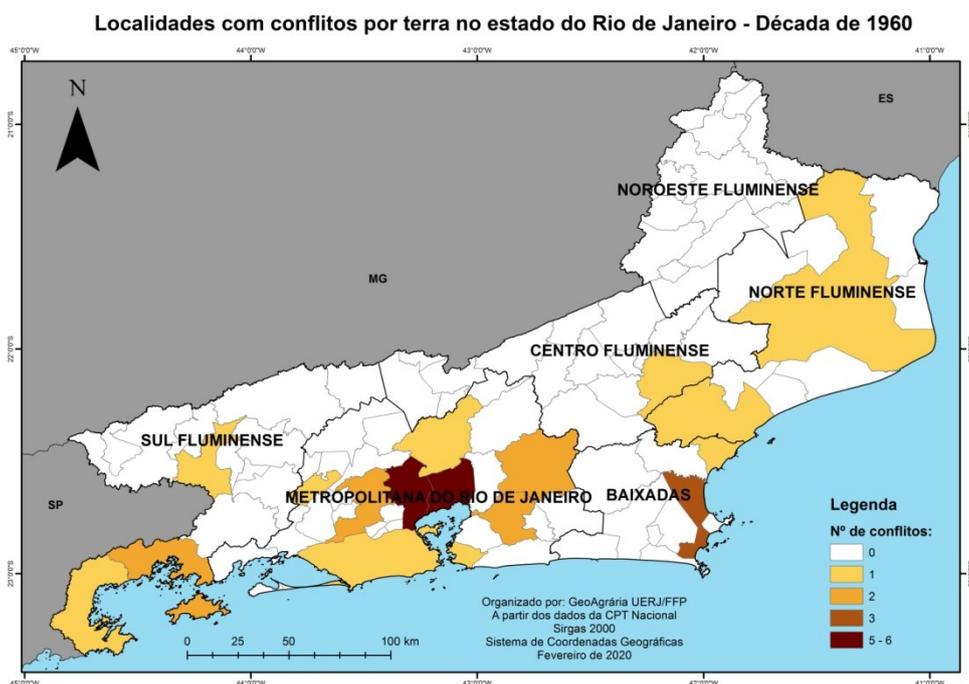
Assim, as políticas fundiárias deste período visavam o controle sobre as reivindicações populares no que se refere à reforma agrária, buscando assim evitar a radicalização dos movimentos contestatórios, com intervenções fundiárias pontuais em áreas que estivessem sob tensão social. Foi isto que motivou, por exemplo, a transferência de famílias da região do Imbé (Campos) para o Guapiaçu (Cachoeiras de Macacu), onde essas foram assentadas sob forte controle da “Guarda Rural” do recém criado Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra (Medeiros, 2018).

Os governos militares tinham clareza de que só a repressão não resolveria o problema agrário brasileiro, por isso, a criação do Estatuto da Terra, como instrumento da Ditadura para resolução de conflitos e modernização do campo. Mas também a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra (1969) e da Previdência Social Rural (1971) demonstrando que, mesmo após brutal repressão, o problema agrário persistia.

Apesar das perseguições, repressão e dos atos de violência promovidos pelos militares contra as lideranças de luta pela terra, os sindicatos se apresentaram como uma das forças mais importantes na defesa dos trabalhadores rurais, disputando com o Estado a aplicação das ações previstas no Estatuto da Terra.

Com relação às localidades em conflito, como observamos no mapa (2), os municípios com maior número de ocorrências foram Duque de Caxias e Magé, seguidos de Angra dos Reis, Nova Iguaçu, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Cabo Frio. Ou seja, o mapa expressa a persistência do padrão de conflitividade da década anterior, centrado na RMRJ, e indica o novo padrão que se materializaria plenamente na década subsequente, centrado na Baía da Ilha Grande (Sul Fluminense) e nas Baixadas. É neste período, por exemplo, que tiveram início os conflitos no complexo da Fazenda Campos Novos, localizada em Cabo Frio e arredores que tem desdobramentos até os dias de hoje (Medeiros, 2018). Vale ainda registrar que, com exceção do Noroeste Fluminense, foram registrados conflitos em todas as regiões do estado.

Figura 2 - Mapa das Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1960

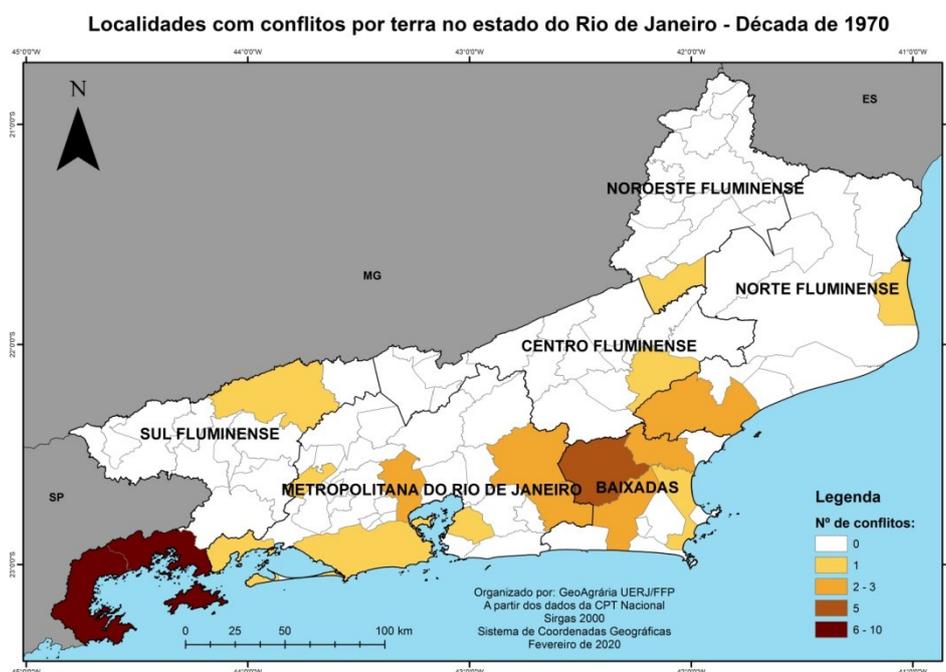


Na década de 1970, os conflitos se intensificaram com o processo de modernização agrícola, no qual se modernizaram as bases técnicas e produtivas, contudo as estruturas sociais e históricas de concentração da terra foram mantidas. A chamada modernização conservadora incluía uma série de características, entre as quais a modernização tecnológica, expropriações, expulsão de posseiros, colonos e moradores do interior das fazendas, anulação de direitos trabalhistas e expansão da fronteira agrícola. No estado do Rio de Janeiro, foi nas usinas de açúcar e álcool do Norte Fluminense que esse processo de modernização teve mais impactos, com a massiva expulsão de trabalhadores que até então moravam dentro das fazendas para a periferia das cidades da região, em especial Campos dos Goytacazes. A expropriação dos camponeses se intensificava no contexto do avanço da acumulação primitiva (MARX, 1989).

Além da modernização agrícola, o incentivo ao turismo no Rio de Janeiro torna-se um dos principais motivadores de conflitos por terras, sobretudo após a abertura de estradas como a Rio-Santos, o asfaltamento da Rio-Campos e a construção da ponte Rio-Niterói que facilitam o acesso às regiões da Baía da Ilha Grande (Sul Fluminense) e dos Lagos (Baixadas). Segundo Alentejano (2002) estes conflitos envolviam a ação da especulação imobiliária, grilagem de terras e tentativas de expropriação de posseiros e habitantes tradicionais destas regiões, muitos deles hoje identificados como caiçaras e quilombolas.

Entre as principais localidades com conflitos na década de 1970, como observamos no Mapa 3, destacam-se os municípios de Paraty e Angra dos Reis, seguidos de Silva Jardim e Macaé. Cabe ainda registrar que aconteceram conflitos em todas as regiões do estado.

Figura 3 - Mapa das Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1970



A persistência de conflitos, mesmo com a forte repressão imposta pela Ditadura leva o governo federal a realizar uma série de intervenções fundiárias no estado, seja através de ações de regularização fundiária (Tabela 4), seja por meio da criação de novos projetos de colonização (Tabela 5). Vale registrar em especial as áreas de Capivari e Piranema, em Caxias, que já tinham sido alvo de intervenção do Plano de Ação Agrária e da Supra no pré-64.

Tabela 4 – Projetos de Regularização Fundiária implantados nas décadas de 1960 a 1980

Nº	Nome	Município	Famílias	Área	Ano de Criação	Órgão Responsável
1	Gleba América Fabril	Magé	204	668	1973	INCRA
2	Cachoeira/Bembeca	Duque de Caxias	113	753	1979	INCRA
3	Capivari	Duque de Caxias	71	525	1982	INCRA
4	Conceição do Suruí	Magé	46	327	1974	INCRA
5	Piranema	Duque de Caxias	127	559	1966	INCRA
Total	5	2	561	2832	-	

Fonte: ITERJ, 2001. Todas as ações foram realizadas na RMRJ

Tabela 5 – Projetos de Colonização criados na década de 1970

Nº	Nome	Município	Famílias	Área	Ano de Criação	Órgão Responsável
1	PIC Grande Rio	Itaguaí	136	395	1972	INCRA
2	PIC Marubáí	Cachoeiras de Macacu	352	6.176	1976	INCRA
Total	2	2	488	6.571	-	-

Fonte: Iterj, 2001. Ambos os projetos foram criados na RMRJ

Ainda na década de 1970, um novo ator passa a atuar de uma forma mais intensa na assessoria aos movimentos e associações de defesa da reforma agrária: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada a partir do Encontro da Pastoral da Amazônia Legal de 1975, amparada pelas bases de pensamento social presentes na Teologia da Libertação e no Concílio Vaticano II, a instituição já atuava em 1976 no Rio de Janeiro, nos conflitos fundiários que envolviam comunidades tradicionais e interesses do capital especulativo imobiliário no município de Paraty. D. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu), D. Waldir Calheiros (Volta Redonda), D. Clemente Isnard (Nova Friburgo), D. Vital Wilderink (Itaguaí) e D. Mauro Morelli (Duque de Caxias) tiveram importante papel na sustentação da ação da CPT no Rio, ao darem respaldo à atuação dos e das agentes pastorais.

Fazendo uma síntese do período da ditadura, cabe destacar a persistência de conflitos em alguns locais: Baixada Fluminense, Cachoeiras de Macacu e Região dos Lagos. Na Baixada, o processo rápido de urbanização pressionou fortemente os trabalhadores a abandonar suas posses, mas em diversos locais, permaneceram situações de tensão ao longo das décadas de 1970 e 1980. Não por acaso, é nela que vão ocorrer grande parte das ocupações de terra na primeira metade dos anos 1980. (MEDEIROS, 2018: 86)

Com o ocaso da ditadura nos anos 1980, ocorre um processo de reabertura política, fazendo com que o cenário seja favorável para a reorganização dos trabalhadores, de forma que possam se rearticular na defesa da reforma agrária. O retorno dos exilados e o “reaparecimento” dos refugiados, como José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva e João Correa de Paula, também contribuiu para a retomada da luta pela terra (Medeiros: 2018: 81). Verifica-se assim uma retomada das manifestações, das ocupações de terra concomitantemente ao processo de anistia política e os processos eleitorais.

Neste período, a RMRJ volta a ser a região em que ocorre a maior quantidade de conflitos, inclusive com a reocupação de áreas que na década de 1960 já haviam sido palco da ação de movimentos sociais, como são os casos de São José da Boa Morte (Cachoeiras de Macacu),

Cachoeira Grande (Magé), Fazenda Normandia (Japeri) e Pedra Lisa (Nova Iguaçu). A ocupação de Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados) é emblemática, tendo em vista o número de famílias envolvidas (em torno de 600) e o tamanho das terras (mais de 2000 hectares). Além disso, a dinâmica da luta envolveu a negociação com o governo do Estado, cujas bases políticas se assentavam nas ideias trabalhistas do pedetista Leonel Brizola, que tinha um histórico de intervenções fundiárias quando era governador do Rio Grande do Sul, antes do golpe de 1964 (Novicki, 1992). A organização da luta se dá através dos chamados “mutirões”:

os movimentos de luta pela terra, depois de Campo Alegre, se deram conta de uma série de condições sociais para a retomada das ocupações, sendo este, um evento catalizador para outras iniciativas, formando uma nova geração de líderes, produzindo, em seguida, uma série de outros mutirões. (BASTOS, 2018: 157)

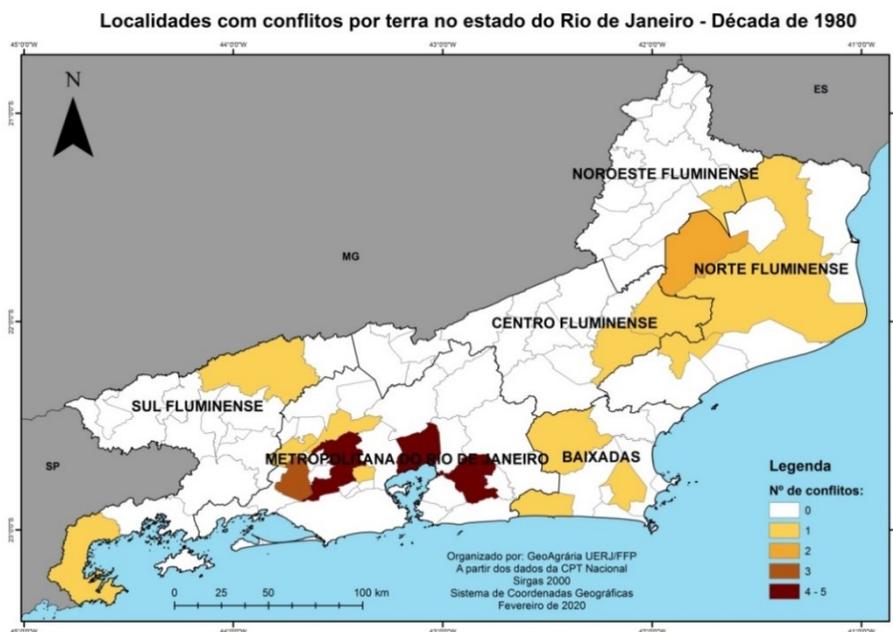
Sobre o perfil das famílias que neste período participavam das ações de luta pela terra, já não eram mais compostas por lavradores como nos anos 1950 e 1960, mas por desempregados e subempregados que viviam em péssimas condições nas áreas urbanas e assim, inserir-se na luta pela terra era uma maneira de fugir dos problemas da cidade, sobretudo no que tange ao alto custo de vida, com relação à moradia, transportes e impostos, num contexto de grave crise econômica e social que marca os anos 1980.

Mesmo com o fim da repressão promovida pelos militares durante a ditadura, a violência contra esses trabalhadores não diminuiu, mas mudou o seu modus operandi, sendo agora protagonizada por jagunços e pistoleiros a serviço de latifundiários e grileiros, como no caso do assassinato de Sebastião Lan em 1988, em Cabo Frio, como decorrência dos conflitos na Fazenda Campos Novos que se arrastavam desde os anos 1960 (MAIA: 2018: 403/404).

Foi nesse período que ocorreu uma primeira tentativa de territorialização do MST no Rio de Janeiro. Sendo um movimento de origem camponesa, o Movimento enfrentou a dificuldade de articulação e identidade dos trabalhadores com a terra, em uma unidade federativa com elevado índice de urbanização. Houve grande dificuldade no que se refere ao diálogo entre as lideranças nacionais e estaduais do MST/RJ. Embora não houvesse participantes do estado do Rio de Janeiro no Encontro que criou o MST em janeiro de 1984, no ano seguinte, quando da realização do I Congresso do MST, uma delegação do Rio esteve presente e foram indicados para integrar a Direção Nacional do MST duas importantes lideranças das lutas pela terra no Rio, Laerte Bastos (de Campo Alegre) e Osvaldo de Oliveira (de São José da Boa Morte). Assim, sob a bandeira do MST foram realizadas em 1985 ocupações em Paracambi (Vitória da União) e Valença (Conquista), porém, com as crescentes divergências entre as lideranças nacionais e estaduais, o Movimento se desorganizou no estado.

O Mapa 4 indica essa reconcentração dos conflitos pela terra na RMRJ, com destaque para os municípios de Nova Iguaçu, Magé e Itaboraí, seguidos de Japeri. Em todas as regiões do estado são registrados conflitos nesta década.

Figura 4 - Mapa das Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1980



Com a eleição do primeiro governo civil, ainda que de forma indireta, em 1985, ocorre uma retomada de ações federais em torno da reforma agrária, a partir da formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), compromisso político de Tancredo Neves herdado por José Sarney. Segundo Medeiros (2018) o objetivo era assentar pelo menos sete milhões de famílias, mas ao final das ações do I PNRA o número não passou de 83 mil. Entre os motivos que justificam este desempenho muito aquém do esperado, têm-se as questões que envolvem a burocracia estatal e a histórica prioridade dada pelo Incra à colonização de áreas de fronteira. Além disso, a realização das desapropriações de terra dependia da documentação de terras dos antigos donos, sendo um dos maiores desafios brasileiros para a realização da reforma agrária tendo em vista o constante processo de grilagem de terras. Porém, a principal razão para o bloqueio do I PNRA foi a ação da União Democrática Ruralista, entidade criada em 1985, com o objetivo declarado de impedir a realização da reforma agrária “na lei ou na marra” (Bruno, 1997).

Mesmo com todos esses obstáculos, a década de 1980 é uma das que apresenta maior quantidade de assentamentos criados no estado do Rio de Janeiro, parte através do I PNRA, parte por meio de ações do governo estadual, que se utilizou de terras públicas e do instrumento da desapropriação por utilidade pública para criar os assentamentos, uma vez que a prerrogativa de desapropriação para fins de reforma agrária é privativa da União. Foram 30 assentamentos espalhados por 22 municípios, com 30.132,3 ha e capacidade de assentamento de 3.772 famílias, sendo 15 assentamentos do Incra (dois criados ainda na Ditadura – Aldeia Velha e São José da Boa Morte) e 15 do governo estadual, criados pela então Secretaria de Assuntos Fundiários – Seaf (Novicki, 1992) e hoje sob a administração do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj), conforme a Tabela 5. Registre-se que vários assentamentos foram criados em áreas que já tinham sido objeto de intervenção fundiária antes do Golpe de 1964, mas que continuavam sendo área de conflito, como São José da Boa Morte, Pedra Lisa, Normandia, Engenho do Mato.

Tabela 6 – Assentamentos Rurais criados nos anos 1980 no estado do Rio de Janeiro*

Nº	Assentamento	Município	Região	Nº de Famílias**	Área total (ha)	Data da Criação	Órgão Resp.
1	Aldeia Velha	Silva Jardim	Baixadas	41	362,6044	1981	INCRA
2	Alpina	Teresópolis	Metropolitana	96	1.113,9504	1987	INCRA
3	Baby	Nova Iguaçu	Metropolitana	70	100,1000	1986	ITERJ
4	Batatal	Mangaratiba	Metropolitana	23	198,0000	1989	INCRA
5	Boa Esperança	Japeri	Metropolitana	49	268,5572	1986	INCRA
6	Cachoeira Grande	Magé	Metropolitana	156	327,8900	1986	ITERJ
7	Campo Alegre	Nova Iguaçu/Queimados	Metropolitana	500	1360,76	1984	ITERJ
8	Campos Novos	Cabo Frio	Baixadas	250	3.107,0000	1986	INCRA
9	Cantagalo	Rio da Ostras	Baixadas	150	1.744,6800	1987	INCRA
10	Conquista	Valença	Sul Fluminense	62	610,5200	1986	ITERJ
11	Engenho do Mato	Niterói	Metropolitana	78	251,0000	1984	ITERJ
12	Engenho Novo do Retiro	Rio de Janeiro	Metropolitana	250	276,3000	1986	ITERJ
13	Fazenda Sabugo	Paracambi	Metropolitana	112	1.386,3623	1987	INCRA
14	Imbuuro	Macaé	Norte Fluminense	141	1.214,0918	1987	INCRA
15	Italva	Italva	Norte Fluminense	210	1.328,4400	1986	ITERJ
16	Morro Grande	Duque de Caxias	Metropolitana	60	317,5496	1989	INCRA
17	Moura Costa (Sol da Manhã)	Seropédica	Metropolitana	48	271,4819	1989	INCRA
18	Normandia	Japeri	Metropolitana	27	120,0300	1988	ITERJ
19	Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	251	4.335,1000	1987	INCRA
20	Pau Grande	Magé	Metropolitana	99	112,8000	1989	ITERJ
21	Pedra Lisa	Japeri	Metropolitana	22	77,5000	1987	ITERJ
22	Praia do Sono	Paraty	Sul Fluminense	150	2.054,8000	1984	ITERJ
23	Rubião	Mangaratiba	Metropolitana	55	1.544,5200	1989	ITERJ
24	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	Metropolitana	362	3.903,0300	1982	INCRA
25	Santa Rosa	Magé	Metropolitana	42	372,7558	1987	INCRA
26	Santo Inácio	Trajano de Moraes	Centro Fluminense	51	705,7126	1987	INCRA
27	São Domingos	Conceição de Macabu	Norte Fluminense	134	1191,31	1987	ITERJ
28	São Roque	Paraty	Sul Fluminense	38	735,6490	1987	INCRA
29	Tapera	Trajano de Moraes	Centro Fluminense	158	212,0000	1986	ITERJ
30	Vitória da União	Paracambi	Metropolitana	87	527,8000	1986	ITERJ
	Total: 30	22		3.772	30.132,3		

Fontes: INCRA/RJ e ITERJ

*Embora saibamos que muitas dessas áreas intituladas “Assentamentos” são na realidade regularizações fundiárias, na nomenclatura dos órgãos fundiários estão classificados como assentamentos.

** Capacidade de assentamento.

Acrescente-se que mais da metade dos assentamentos foram criados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que, como vimos, era o principal palco dos conflitos pela terra no estado neste momento, expressando o processo de recriação do campesinato via migração cidade-campo e envolvimento na luta pela terra (Luxemburg, 1970).

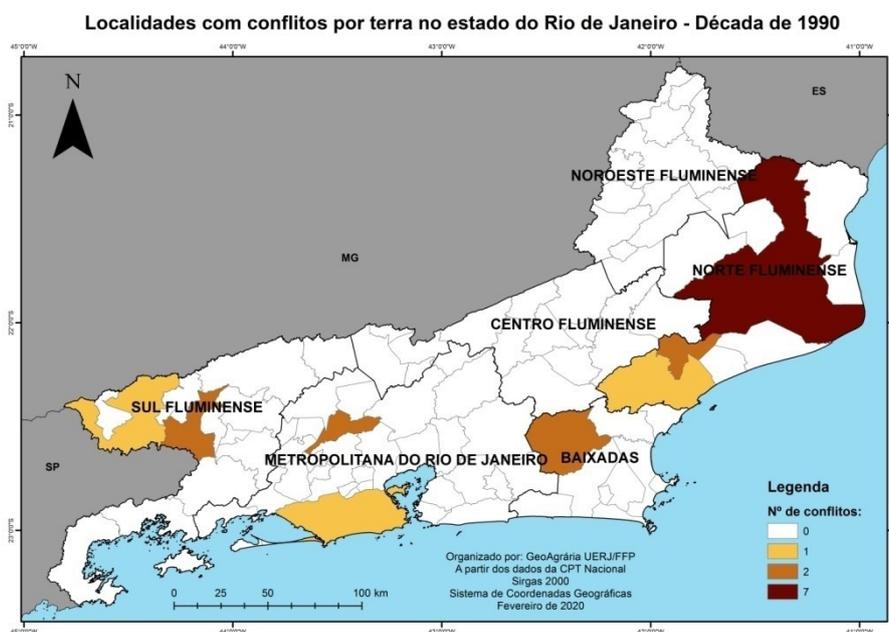
A partir dos anos 1990 ocorre uma expressiva interiorização da luta pela terra no Rio de Janeiro, com destaque para o Norte Fluminense. Trata-se de mais uma década na qual predominam as ocupações de terra, impulsionadas agora pelo retorno do MST ao Rio de Janeiro, após a tentativa frustrada de instalação no estado que ocorreu na década de 1980. Neste período, a FETAG também passa a apoiar e organizar ações de ocupação, após as críticas iniciais que a federação havia feito sobre esta tática de luta.

A maior parte dessas ocupações ocorreu em terras de usinas de açúcar e álcool que faliram ao longo dos anos 1990, no rastro da redução dos subsídios ao álcool combustível e da extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA. Com a falência das usinas, os canaviais ficaram abandonados e os trabalhadores perderam seus empregos e sequer tiveram direito a indenizações. Diante deste quadro de ociosidade das terras e abandono dos trabalhadores o MST começa a organizá-los para ocupar essas terras, como forma de minimizar o prejuízo destes.

Entretanto, a luta foi árdua, pois se tratava de enfrentar uma oligarquia que dominava a política e a economia regional há séculos com longo histórico de violência que vai da escravidão à colaboração com a repressão durante a Ditadura, passando por fortes articulações com o poder judiciário.

Há que mencionar também que as ações dos movimentos sociais rurais passaram a se realizar também no sul do Estado, como em Barra Mansa e Resende (como pode se observar no Mapa 5), como parte da estratégia do MST de buscar terras em locais mais afastados das áreas urbanas. Nesse caso eram antigas fazendas da época áurea da cafeicultura que foram transformadas em áreas destinadas à pecuária extensiva ou ao plantio de eucalipto com fins industriais.

Figura 5 – Mapa das Localidades com conflito por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 1990



Considerando a leitura do mapa acima o município com maior número de conflitos foi Campos dos Goytacazes, seguido de Conceição de Macabu, Silva Jardim e Barra Mansa. Nesta década não ocorreram conflitos pela terra no Noroeste Fluminense e no Centro Fluminense.

Este intenso processo de luta pela terra se traduziu na criação de 27 assentamentos nos anos 1990, em 16 municípios, com 30.590,92 ha e capacidade de assentamento de 3.862 famílias, sendo 14 assentamentos criados pelo Incra e 13 pelo Iterj, conforme a Tabela 6.

Tabela 7 – Assentamentos Rurais criados nos anos 1990 no estado do Rio de Janeiro

Nº	Assentamento	Município	Região	Nº de Famílias*	Área total (ha)	Ano de Criação	Órgão Resp.
1	Barra Grande	Paraty	Sul Fluminense	60	595,3655	1995	INCRA
2	Bem Dizia	Macaé	Norte Fluminense	54	1.465,4835	1999	INCRA
3	Cambaíba	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	13	27,0000	1992	ITERJ
4	Cambucaes	Silva Jardim	Baixadas	106	1.588,4200	1995	INCRA
5	Capelinha	Conceição de Macabu	Norte Fluminense	139	1.416,4700	1997	INCRA
6	Casas Altas (Eldorado)	Seropédica	Metropolitana	60	586,9185	1993	INCRA
7	Che Guevara	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	85	1.119,6620	1999	INCRA
8	CODIN-Xerém	Duque de Caxias	Metropolitana	250	873,0000	1992	ITERJ
9	Crubixais	Macaé	Norte Fluminense	74	4.018,4500	1995	ITERJ
10	Engenho Novo	São Gonçalo	Metropolitana	142	740,5000	1995	ITERJ
11	Fazenda do Salto (Vitória do Povo)	Barra Mansa	Sul Fluminense	60	886,4276	1997	INCRA
12	Filhos do Sol	Seropédica	Metropolitana	19	90,0000	1992	ITERJ
13	Gleba Modesto Leal/Mutirão Brasil Nova República	Nova Iguaçu	Metropolitana	25	50,00	1999	ITERJ
14	Ilhas do Paraíba (56 ilhas)	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	61	732,6000	1992	ITERJ
15	Independência	Paraty	Sul Fluminense	85	287,9000	1998	ITERJ
16	Mutirão da Fé	Queimados	Metropolitana	58	180,0000	1992	ITERJ
17	Paes Leme	Miguel Pereira	Metropolitana	80	154,3000	1992	ITERJ
18	Remanescentes de Campos Novos	Cabo Frio	Baixadas	150	1.828,7881	1992	INCRA
19	Santa Rosa	Magé	Metropolitana	11	30,5300	1992	ITERJ
20	São Bernardino	Nova Iguaçu	Metropolitana	49	217,6453	1991	INCRA
21	São Francisco	Rio de Janeiro	Metropolitana	52	220,0000	1992	ITERJ
22	Sebastião Lan	Silva Jardim	Baixadas	33	520,6049	1999	INCRA
23	Taquari	Paraty	Sul Fluminense	70	958,7462	1995	INCRA
24	Tipity	São Francisco de Itabapoana	Norte Fluminense	200	920,0770	1991	INCRA
25	Vila Inhomirim	Magé	Metropolitana	450	1.446,0000	1992	ITERJ
26	Visconde	Casimiro de Abreu	Baixadas	87	1.284,7369	1999	INCRA
27	Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	507	8.005,2900	1997	INCRA
	Total: 27	16		3862	30590,92		

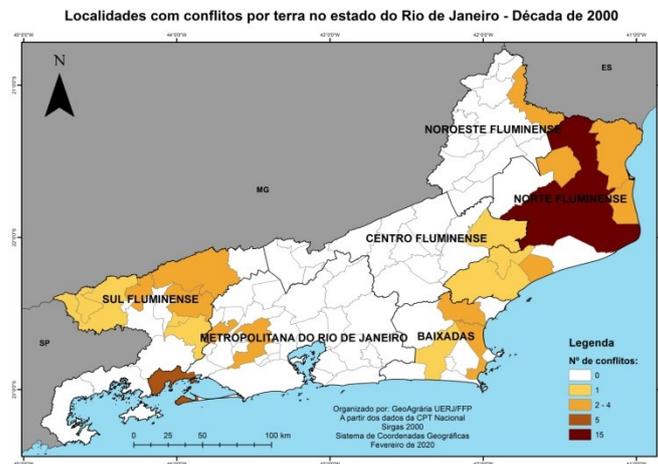
Fontes: INCRA/RJ e ITERJ.

*Capacidade de assentamento.

Dos 27 assentamentos criados no período, 11 localizavam-se na RMRJ, desdobramentos dos conflitos da década anterior, e 8 no Norte Fluminense, fruto das ocupações nas terras de usinas.

Na década de 2000 a interiorização dos conflitos continua sendo a tônica, assim como as ocupações de terras de usina, sendo Campos dos Goytacazes novamente o município onde mais ocorreram conflitos, com 13 registrados, a maioria ocupações de terra realizadas pelo MST, mas também pela Fetag/RJ. Porém, também ocorreram despejos violentos, como os da Usina Cambahyba, onde famílias que já se encontravam acampadas há quase uma década foram violentamente despejadas com a destruição de casas de alvenaria, chiqueiros, currais e árvores arrancadas. Também na região Sul Fluminense os conflitos seguem o mesmo padrão com a ocupação de antigas fazendas de café, transformadas em áreas de pecuária extensiva ou em áreas de plantio de eucalipto para uso industrial. Aparecem ainda os primeiros registros de conflitos envolvendo a implantação de grandes projetos de desenvolvimento, como no Porto do Açú, em São João da Barra, no Norte Fluminense, num contexto em que Estado e capital se associam para expropriar trabalhadores das terras que ocupavam, numa dinâmica típica da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004). E na região Metropolitana, conflitos envolvendo quilombos e aldeamentos indígenas.

Figura 6 – Localidades com conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 2000



No que se refere à política de reforma agrária, chama atenção seu caráter reativo, com a criação de assentamentos a reboque das ocupações, mas também a morosidade, pois passam-se longos anos entre a ocupação e a implantação dos assentamentos, fazendo com que algumas ocupações estendam-se por mais de uma década, assim como os pré-assentamentos, quando o Incra tem a imissão de posse da área e define os beneficiários, mas não implementa o parcelamento, nem libera os recursos iniciais para a instalação das famílias nos lotes, levando a que estas vivam anos e anos em situação de absoluta precariedade.

Nesta década foram criados 23 assentamentos, em 11 municípios, com 19.300,62 ha e capacidade de assentamento de 1.237 famílias, sendo 22 criados pelo Incra e um pela Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, Marapicu, fruto do desmembramento de uma área de um antigo assentamento do Iterj, Campo Alegre, até hoje não regularizado. Vale registrar que o Iterj que criara tantos assentamentos quanto o Incra nos anos 1980/90, abdica deste papel nos anos 2000. Outro aspecto digno de registro diz respeito à questão do setor sucroalcooleiro, pois ao longo das décadas de 1990 e 2000 foram realizadas 28 ocupações em terras pertencentes a 9 usinas de açúcar e/ou álcool, tendo sido desapropriadas 13 áreas de 4 usinas para a criação de 9 assentamentos (um assentamento é subdividido em 5 Núcleos), o que diz muito sobre o poder deste setor sobre o Incra e o judiciário fluminense, pois mesmo falido, consegue evitar muitas desapropriações de terra.

Tabela 8 – Assentamentos Rurais criados nos anos 2000 no estado do Rio de Janeiro

Nº	Assentamento	Município	Região	Nº de Famílias*	Área total (ha)	Ano de Criação	Órgão Responsável
1	25 de Março	Carapebus	Norte Fluminense	53	943,9374	2005	Incra
2	Ademar Moreira	São Pedro da Aldeia	Baixadas	40	484	2005	Incra
3	Antonio de Farias	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	95	1221,023	2001	Incra
4	Che Guevara	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	74	1119,662	2000	Incra
5	Chico Mendes	Cardoso Moreira	Norte Fluminense	30	766,961	2007	Incra
6	Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	25	419,1027	2005	Incra
7	Floresta de Belém	Itaperuna	Noroeste Fluminense	35	681,7274	2006	Incra
8	Francisco Julião	Cardoso Moreira	Norte Fluminense	40	606,8879	2006	Incra
9	Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	58	822,7218	2001	Incra
10	Jão Batista Soares	Carapebus	Norte Fluminense	65	1212,945	2008	Incra
11	José Pureza	Conceição de Macabu	Norte Fluminense	20	242,2775	2008	Incra
12	Josué de Castro	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	35	610,9988	2007	Incra
13	Marapicu	Nova Iguaçu	Metropolitana	92	318,1721	2009	Prefeitura
14	Nova Esperança do Até	Itaperuna	Noroeste Fluminense	90	1697,7562	2006	Incra
15	Oziel Alves	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	35	410,7336	2006	Incra
16	Paz na Terra	Cardoso Moreira	Norte Fluminense	74	1052,9389	2005	Incra
17	Prefeito Celso Daniel	Macaé	Norte Fluminense	201	2849,4773	2005	Incra
18	Roseli Nunes	Piraí	Sul Fluminense	39	1034,3176	2007	Incra
19	Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	40	584,377	2005	Incra
20	São Fidélis	São Fidélis	Norte Fluminense	22	623,0027	2002	Incra
21	Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense	11	211,3565	2005	Incra
22	Terra da Paz	Piraí	Sul Fluminense	38	827,5608	2006	Incra
23	Vida Nova	Barra do Piraí	Sul Fluminense	25	558,6819	2006	Incra
Total	23	11		1237	19300,62		

Fontes: INCRA/RJ e ITERJ

*Capacidade de assentamento.

Nada menos que 16 dos 23 assentamentos criados nesta década localizavam-se no Norte Fluminense e 8 – quase um terço do total – no município de Campos dos Goytacazes.

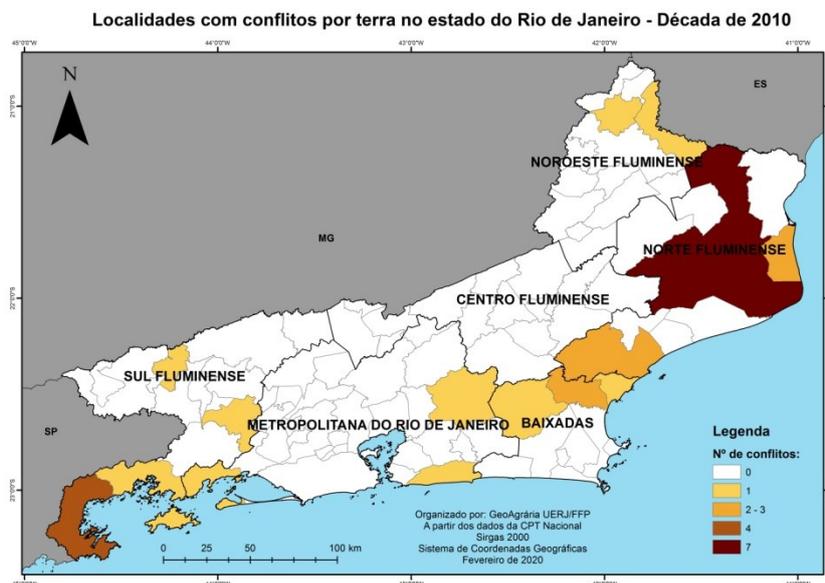
Os conflitos na década de 2010 no estado do Rio de Janeiro estão concentrados principalmente em duas regiões: Norte e Sul Fluminense. Como visto no mapa 7, essas são as duas regiões que somadas registram maior concentração de conflitos comparados às outras regiões. Mesmo assim, a região Norte Fluminense está na frente em número de conflitos, com aproximadamente 18 conflitos por terra. Esses conflitos do Norte do estado, principalmente os do município de São João da Barra,

são derivados da construção do Complexo Industrial e Portuário do Açu, conforme apontado anteriormente. Despejos violentos, reocupações de terra, retirada forçada de gado são alguns dos inúmeros episódios que marcam o conflito do Açu. Mas é também no Norte Fluminense, mas em Campos dos Goytacazes que temos um dos episódios mais brutais da história recente dos conflitos pela terra no Rio de Janeiro, o assassinato de Cícero Guedes, liderança do MST, assentado no Zumbi dos Palmares, morto em 2013 no Acampamento Luís Maranhão, em área reocupada da Usina Cambahyba, por seu apoio à organização das famílias do acampamento. Também nesta década tivemos o assassinato de Regina Pinho, igualmente militante do MST e assentada no Zumbi dos Palmares.

A segunda região que mais registrou conflitos na década foi a Sul, principalmente na parte litorânea, nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, onde desde os anos 1970 não se observava tantos conflitos. Os conflitos na região envolvem comunidades caiçaras, como a da Praia do Sono em Paraty e o condomínio Laranjeiras, que tem dificultado o acesso dos moradores e visitantes até a praia para usar os barcos e chegar até a Praia do Sono, forçando-os ao uso de uma longa trilha. E comunidades quilombolas, como a do Bracuí, em Angra dos Reis, onde recentemente a escola foi pichada com ameaças a lideranças locais.

O Mapa 7 mostra mais uma vez Campos dos Goytacazes como principal polo de conflitos, seguido de São João da Barra também no Norte Fluminense e Paraty no extremo sul do estado. E apenas no Centro Fluminense não foram registrados conflitos durante esta década.

Figura 7 - Mapa das Localidades com conflito por terra no estado do Rio de Janeiro na década de 2010



Do ponto de vista da reforma agrária a década de 2010 é marcada pela quase total paralisação desta política, pois praticamente não foram criados assentamentos, assim como não foram realizadas ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos. Foram apenas 6 assentamentos em 6 diferentes municípios, com 5.277,69 ha e capacidade de assentamento de 264 famílias, sendo 5 do Incra e 1 do Iterj. Aliás, esse único do Iterj só foi criado pelo interesse do governo estadual em entregar a terra ocupada pelas famílias para a instalação de uma grande empresa siderúrgica, para o que o Iterj adquiriu três fazendas para realocar as famílias.

Tabela 9 – Assentamentos Rurais criados nos anos 2010 no estado do Rio de Janeiro

Nº	Assentamento	Município	Região	Nº de Famílias*	Área total (ha)	Ano de Criação	Órgão Responsável
1	Terra Prometida	Nova Iguaçu	Metropolitana	61	552,0711	2010	Iterj
2	União, Terra e Trabalho	Itaguaí	Metropolitana	8	163,0753	2014	Incra
3	PDS Osvaldo de Oliveira	Macaé	Norte Fluminense	78	1539,761	2014	Incra
4	PDS Sebastião Lan II	Silva Jardim	Baixadas	44	1541,6144	2014	Incra
5	Irmã Dorothy	Quatis	Sul Fluminense	53	1049,0512	2015	Incra
6	PCA Terra	Paracambi	Metropolitana	20	432,117	2015	Incra
Total	6	6		264	5277,69		

Fontes: INCRA/RJ e ITERJ

*Capacidade de assentamento.

Não poderíamos concluir esse texto sem mencionar que a luta dos quilombolas no estado do Rio de Janeiro conquistou ao longo das três últimas décadas a demarcação de três territórios, dentre os 42 reivindicados pelo movimento quilombola no estado do Rio de Janeiro. Vale registrar que a maioria dessas áreas aparece nos registros históricos dos conflitos pela terra no Rio de Janeiro como sendo conflitos que envolviam posseiros que resistiam à expulsão de suas terras diante do avanço da especulação e da grilagem. Entretanto, ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, estas comunidades foram assumindo a identidade quilombola e centrando sua reivindicação na titulação coletiva, direito reconhecido pela Constituição de 1988 e regulamentado pelo Decreto 4.887/2003. Entre as 42 comunidades que lutam pelo reconhecimento e titulação como territórios quilombolas, 12 estão localizadas na RMRJ, 11 no Norte Fluminense, 10 nas Baixadas e 7 no Sul Fluminense, e há inclusive algumas que foram beneficiadas pela política de reforma agrária, mas que agora querem ser reenquadradas juridicamente como quilombolas (Conceição do Imbé, Aleluia, Batatal e Cambucá, todas localizadas em Campos dos Goytacazes e que fazem parte do assentamento Novo Horizonte, criado durante o I PNRA no anos 1980).

Conclusões

A análise de sete décadas de luta pela terra e reforma agrária no Rio de Janeiro permite identificar cinco períodos e dois padrões de conflitividade distintos: (1) nos anos 1950 a maior parte dos conflitos está relacionada à **resistência** de lavradores e posseiros à expulsão das terras que ocupavam, diante do avanço do capital especulativo sobre estas terras, em especial na Baixada Fluminense, caracterizando o processo descrito por Marx (1989) de expropriação ligado à acumulação primitiva do capital; (2) no início dos anos 1960, diante da radicalização da luta pela reforma agrária, passam a predominar as **ocupações de terra**, por movimentos camponeses em terras griladas ou improdutivas, sendo também a Baixada Fluminense o palco principal dos conflitos, que podem ser entendidos como de recriação do campesinato através da luta pela terra (Luxemburg, 1970); (3) na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970, com o golpe empresarial militar e a instauração da ditadura, os conflitos voltam a ser marcados pela **resistência** à expulsão, agora principalmente de posseiros (muitos hoje autoidentificados como caiçaras e quilombolas) pressionados pelo avanço do capital sobre áreas de grande apelo turístico, em especial na Baía da Ilha Grande (Sul Fluminense) e na Região dos Lagos (Baixadas), numa nova rodada de expropriação ligada à acumulação primitiva (Marx, 1989); (4) nas décadas de 1980 a 2000, com o ocaso da ditadura e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais, em especial o MST, voltam a predominar as

ocupações de terra, nos anos 1980 na RMRJ e nos anos 1990 e 2000, sobretudo no Norte Fluminense, diante do colapso do setor sucroalcooleiro, caracterizando mais um processo de recriação do campesinato através de processos migratórios e de luta pela terra (Luxemburg, 1970); (5) no final dos anos 2000 e na década de 2010 os casos de **resistência** voltam a predominar, num cenário de implantação de grandes projetos de desenvolvimento, em especial no Norte Fluminense (Porto do Açu) e na região Metropolitana (Arco Metropolitano e Barragem do Guapiaçu) e com a retomada de conflitos entre o capital imobiliário e comunidades tradicionais na Baía da Ilha Grande, processo este que promove inclusive a reexpropriação de camponeses que tinham conseguido conquistar a terra, em consonância com a noção de acumulação por espoliação (Harvey, 2004).

Temos, portanto, dois padrões de conflitividade: (1) um primeiro marcado pelo avanço do capital sobre as terras ocupadas pelos trabalhadores rurais e povos e comunidades tradicionais, expropriando os trabalhadores e incorporando as terras à dinâmica da acumulação capitalista, processos que prevalecem nas décadas de 1950, segunda metade da década de 1960 e década de 1970 (na forma da acumulação proposta por Marx) e mais uma vez no final da década de 2000 e década de 2010 (na forma da acumulação por espoliação proposta por Harvey); (2) um segundo, entremeado entre esses períodos, quando predomina o avanço das lutas pela terra via ocupações que arrancam dos governos a criação de assentamentos que dão fôlego à luta contra a dominação do capital, no início dos anos 1960 e nas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, em consonância com as proposições de Rosa Luxemburg acerca da recriação do campesinato através da luta pela terra e da migração – neste caso, inclusive cidade – campo.

Esses padrões de conflitividade e sua periodicidade ficam evidenciados quando observamos que entre o final dos anos 1950 e 1964 foram realizadas 28 desapropriações de terra no estado do Rio, enquanto que entre 1964 e 1984 houve apenas 9 intervenções fundiárias (entre desapropriações, regularizações e ações de colonização), ao passo que entre 1985 e 2018 temos 78 intervenções, mas após 2010 só 6. Ou seja, no final dos anos 1950 e início dos 60 houve uma média de 5,6 intervenções por ano e entre 1985 e 2018 uma média anual de 3,4. Já nos 20 anos entre o golpe de 64 e o I PNRA houve apenas 0,45 intervenções por ano e após 2010 a média anual foi de somente 0,75. Em resumo, ao passo que a mobilização camponesa conseguiu em dois períodos arrancar dos governos ações que redundaram na criação de assentamentos que contribuíram para revitalizar a duras penas a própria agricultura fluminense, durante a Ditadura e na última década prevaleceu amplamente a lógica da contrarreforma agrária (Alentejano, 2018), expropriando trabalhadores rurais, expulsando-os das terras, intensificando a urbanização da população fluminense e transformando as terras em propriedade do capital e fonte de renda da terra.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo. (2002) Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro. *Revista Fluminense de Geografia*, Niterói-RJ, v. 1, n. 1. p.p. 109 – 124.
- _____. (2003) Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. *Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.
- _____. (2007; 2013; 2017) *Breve avaliação da política de Reforma Agrária do Governo Lula no estado do Rio de Janeiro – 2003/2006*. Rio de Janeiro, mimeo.
- _____. (2018) A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.12, n.2, p. 308-325.
- BASTOS, Gabriel Souza. (2018) *Conflitos rurais em Nova Iguaçu: Pontes entre o passado e o presente*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Consequência, p.p. 131-168.
- BRUNO, Regina. (1997) *Senhores da terra, senhores da guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ED. UFRRJ.
- CORRÊA, Elisa F., MACEDO, Marcelo Ernandez. (2007) *Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro no pré-64. Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, vol.15, nº 2. p. 368-392.
- GEOAGRÁRIA - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia Agrária da FFP-UERJ. *Atlas dos conflitos fundiários rurais no estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://geoagrariaffpuej.blogspot.com/p/blog-page.html>
- GRYNSZPAN, Mário. (1987) *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRRJ.
- HARVEY, David. (2004) *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- LUXEMBURG, Rosa. (1970) *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MAIA, Aline Borghoff. (2018) *Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio: de posseiros a quilombolas*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Consequência. p.p. 49-92.
- MARX, Karl. (1989) *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (2018) *Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (Org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo: A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Editora Consequência. p.p. 49-92.
- NETTO, Marcelo e MEDEIROS, Rogério. (2012) *Memórias de uma guerra suja. Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros*. Rio de Janeiro. TopBooks Editora. p.p. 35-69
- NOVICKI, Victor de Araujo. (1992) *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983 - 1987)*. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ.